

A LETALIDADE E VITIMIZAÇÃO POLICIAL NO BRASIL: circunstâncias da profissão?

LITIGATION AND POLICE VITIMIZATION IN BRAZIL: circumstances of the profession?

BARBOSA, Fernando Henrique ¹

Edgar EI²

RESUMO

Em uma época marcada pela violência preocupante que assola o Brasil, busca-se definir estratégias para o seu combate, ao mesmo tempo em que se discute a ação e as mortes de policiais militares, polêmica esta que levou a se tentar conhecer com mais especificidade se, a letalidade e vitimização policial no Brasil se restringem às circunstâncias da profissão? Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar estas duas condições que convivem na prática de trabalho do policial, e ainda conhecer e identificar fatores que configuram a vitimização policial e; apontar medidas que possam reduzir estes dois extremos que acompanham a prática de trabalho policial. Para a coleta de dados que responderão ao problema e aos objetivos, foi aplicada a pesquisa bibliográfica para se tentar compreender a questão da letalidade e da vitimização. Após desenvolver este tema, a conclusão é a de que a letalidade e vitimização policial no Brasil vieram se revelar como circunstâncias da profissão, pois são duas situações que acompanham a prática de trabalho da Polícia Militar. E como alternativas a serem apontadas para possíveis soluções deste quadro preocupante que acompanha o trabalho da Polícia Militar, que as autoridades responsáveis adquiriram armamento mais avançado para o enfrentamento das facções criminosas, como também, a ampliação do efetivo militar para ampliar o número de policiais e, com isso, realizar um trabalho mais ostensivo visando realizar a segurança pública, além de mudanças no Código Penal no sentido de torná-lo mais rigoroso e sem as costureiras “brechas”.

Palavras-chaves: Letalidade. Vitimização. Polícia Militar. Violência.

ABSTRACT

In a time marked by the worrying violence that plagues Brazil, it is sought to define strategies for its combat, at the same time that the action and the deaths of military police are discussed, a polemic that has led to try to know with more specificity if , is police lethality and victimization restricted to the circumstances of the profession? Thus, the general objective of this research is to verify these two conditions that coexist in the work practice of the police, and also to know and identify factors that constitute police victimization and; to point out measures that can reduce these two extremes that accompany the practice of police work. To collect data that will respond to the problem and the objectives, the bibliographic research was applied to try to understand the issue of lethality and victimization. After developing this theme, the conclusion is that the lethality and police victimization in Brazil came to be revealed as circumstances of the profession, because they are two situations that accompany the work of the Military Police. And as alternatives to be pointed out to possible solutions of this worrisome picture that accompanies the work of the Military Police, that the responsible authorities have acquired more advanced weaponry to confront the criminal factions, as well as the increase of the military personnel to increase the number of police officers and , with this, to carry out

¹ Aluno do curso de Pós-Graduação da PMGO, Turma de Goiânia-GO, do Comando da Polícia Militar de Goiás – CAPM.

² Professor(a) Orientador(a): Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, Goiânia-GO, Maio de 2018.

a more visible work in order to carry out public security, as well as changes in the Penal Code in order to make it more rigorous and without the usual "gaps."

Keywords: Lethality. Victimization. Military Police. Violence.

1 INTRODUÇÃO

A violência no Brasil é fato e que tem persistido já por um tempo considerável o que, por sua vez, tem causado grande preocupação. Este quadro desagradável tem provocado polêmicas com relação à atuação do policial no país, no que diz respeito dois aspectos: a letalidade e a vitimização.

O trabalho ostensivo, o compromisso em manter a ordem pública exige que o policial atue com certo rigor, associado aos riscos que a profissão lhes reserva, a audácia de bandidos, resultantes de uma sociedade desigual que, dias após dias forma novos bandidos, preocupando a todos.

Com isso, o objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar estas duas condições que convivem na prática de trabalho do policial, que são a letalidade e a vitimização.

Ainda, pretende-se conhecer o que vem a ser a letalidade; identificar fatores que configuram a vitimização policial e; apontar medidas que possam reduzir estes dois extremos que acompanham a prática de trabalho policial.

Sendo assim, a problemática para desenvolver este estudo se resume em: O que tem concorrido para a letalidade e vitimização do policial no Brasil?

Ao se buscar respostas provisórias para esta problemática, se pode apontar algumas hipóteses, que são:

Hipótese 1: A própria desigualdade social no país, a falta de perspectivas em termos de uma melhor educação no país; o desemprego torna a sociedade em barril de pólvora, resultando no surgimento da criminalidade e, com isso, o aumento da violência, exigindo mais ainda da atuação policial para manter a paz social.

Hipótese 2: A letalidade policial é uma consequência da vitimização, ou seja, o risco tem levado policiais a se defenderem com maior rigor.

Hipótese 3: O policial representa a sociedade em termos de segurança pública e, esta condição requer respeito, consideração e reconhecimento para que a

sua prática de trabalho seja cumprida, tendo que atuar, quando a situação permitir, mais rigor no confronto com o criminoso visando a paz e segurança pública.

E sobre a **metodologia** ocasião em que se buscou dados para desenvolver esta análise, alguns artigos foram consultados, materiais estes relacionados à letalidade e vitimização policial, busca esta que foi suficiente para responder ao problema levantado, bem como também, verificar as hipóteses, quais as que podem ser identificadas como verdadeiras ou falsas.

Esta pesquisa se apresenta como um estudo relevante para compreender a questão da letalidade e da vitimização, condições opostas que o policial militar vivencia e que tem despertado a atenção pela sua natureza polêmica, fato este que vem **justificar** a sua realização.

Este estudo foi organizado em itens e sub itens, enfocando a questão social, a desigualdade, a cidadania, a letalidade e a vitimação para se conhecer se os objetivos foram ou não atingidos, a verificação das hipóteses para identificar os resultados com base na revisão da literatura e reflexões sobre a veiculação de fatos nos noticiários da imprensa falada e escrita e, ainda, em observações da prática diária de trabalho do policial militar.

2 LETALIDADE E VITIMIZAÇÃO POLICIAL NO BRASIL

O tema “A letalidade e vitimização policial no Brasil: circunstâncias da profissão?” é bem abrangente, pois envolve diferentes conteúdos, dentre alguns, a violência, a segurança, a legítima defesa e até mesmo a cidadania.

E para melhor compreender as causas dos conflitos sociais no Brasil e que tem provocado um quadro social preocupante convém apresentar alguns aspectos sociais, conforme segue a seguir e, com isso, avaliar o trabalho do policial diante deste quadro social negativo, bem como também situar e avaliar a sua importância para garantir os direitos civis de cidadãos ao se comprometer com a segurança pública no Brasil.

É exposto nos próximos itens alguns fatores que configuram a realidade social, política e econômica do Brasil no sentido de avaliar a condição de trabalho do policial, considerando-se a letalidade e a vitimização policial.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

E uma sociedade dividida em classes sociais, representada simbolicamente por uma pirâmide social em que a base é a classe menos favorecida, e com a concentração da renda no topo, com uma minoria sendo detentora do poder econômico e político, causa preocupação, principalmente se esta direção da sociedade brasileira é notadamente marcada pela corrupção, como a que se tem assistido no momento, destaque para a Operação LavaJato que vem apurando crimes de desvios de dinheiro público e que tem acusado e denunciado políticos famosos, de carreira, se constituindo em um grande problema e que tem causado vergonha ao povo brasileiro e que não deixa de comprometer a cidadania, há muito reivindicada junto às autoridades, via mobilização popular.

A noção de cidadania, (...) é aquela que vê o homem como sujeito de direitos e que, ao exercê-los, influi e delimita as funções do Estado. Essa concepção pauta-se na interdependência existente entre cidadania e participação. Portanto, reconhecemos a cidadania como uma construção individual e coletiva de homens livres e autônomos. Assim, é o exercício igualitário dos direitos civis, políticos e sociais existentes e reconhecidos em uma dada formação social, em um determinado momento histórico, por todos os indivíduos que a compõem. (SILVA, 2007, p. 7/8).

Ser cidadão é ter direitos e que os mesmos sejam cumpridos. Para isso, é preciso usufruir, participar, exercício igualitário dos direitos civis. Ser cidadão em qualquer país ou parte do mundo é ter seus direitos atendidos segundo a Constituição Federal e consagrados nos direitos universais. Cidadania compreende, portanto, em termos de Brasil, principalmente, o direito de ir e vir, de expressão, de viver coletivamente, em sociedade, com direitos e deveres.

E para se sentir cidadãos, algumas pessoas necessitam de benefícios sociais e segurança os quais constituem garantias para as pessoas que deles necessitam, funcionando como a oportunidade de exercício da cidadania.

E que nesta carência, devem as autoridades, o poder público, ONGs e, decisivamente, profissionais preparados para lidar com as causas sociais, como é o caso do policial, se envolver e realizar ações para reverter possíveis quadros sociais que se apresentam em desfavor de alguns sujeitos.

Nessa perspectiva, cidadão é aquele que usufrui os bens e serviços produzidos socialmente e participa de forma livre, consciente e autônoma das

decisões sobre a vida de seu país, em todas as dimensões (política, econômica, cultural, ética etc.) e esferas de exercício do poder. (SILVA, 2007, p. 7/8).

Portanto, cidadãos são as pessoas que se beneficiam dos bens e serviços, levam uma vida decente e com oportunidades iguais em todos os aspectos, inclusive, a questão da segurança a ser proporcionada pela polícia, responsável em parte para a solução de conflitos sociais e o atendimento dos direitos sociais das pessoas nos casos em que criminosos venham violar seus direitos.

2.2 A QUESTÃO SOCIAL

Falar da questão social no Brasil exige que seja mencionada a pobreza, pois esta é a grande responsável pela desigualdade social que tem prevalecido já por um considerável tempo no país. A situação de risco e de pobreza de uma parcela da sociedade brasileira está intimamente relacionada à distribuição da renda no país e o processo de exclusão social.

[...] a pobreza é consequência de uma desigual distribuição da riqueza socialmente produzida. E se são as políticas públicas o mecanismo utilizado pelas elites para a reprodução da desigualdade, o combate à pobreza e à exclusão social perde o caráter filantrópico de que hoje se reveste e necessariamente se politiza. Não será suficiente que ele seja feito através da implementação de políticas como as de renda mínima, residuais, focalizadas e compensatórias (BAVA, 2002, p. 62).

No Brasil a questão social é ocorre sob a forma de pobreza, desigualdade social, injustiças e outros fatores de ordem social.

A pobreza, uma teia de aranha cujos fios estão tecidos cada vez mais cerrados, de modo que cada vez menos pessoas escapem dela. O trabalho se torna temporário, em tempo parcial, de curta duração. Às vezes, não possibilita nem mesmo a sobrevivência de uma família. O alojamento devora uma parte crescente da receita, como se fosse um luxo e não um direito. A escola, com muita frequência, é abandonada pelas crianças desfavorecidas, que não comem e cujo quadro de vida não favorece em nada a aprendizagem escolar. (SAUVÉ, 2009, p. 124).

O tema relacionado à letalidade e vitimização policial é bem polêmico e por esta natureza exige rever e discutir qual seria o melhor caminho a ser tomado no sentido de encontrar soluções para superar esta grande contradição. Muito se levanta sobre o desajuste social e as suas causas, não se podendo negar que a questão econômica tem muito a ver com a violência no país, podendo até mesmo ser uma determinante social, contudo, não sendo a única culpada.

A desigualdade (social, econômica e política) na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. (WANDERLEY, 2009, p. 20).

Diante desta contextualização, é preciso analisar a questão social, a banalização da permissividade que muitos adolescentes colocam em prática, apostando na proteção que o Estatuto da Criança e do Adolescente disponibiliza, formando alguns futuros criminosos, alguns podendo ser de alta periculosidade, um desafio a mais para o trabalho policial que, são obrigados a conviverem com letalidade e a vitimização.

O aumento da pobreza, da fome e da desigualdade continua em ritmo alarmante. Tanto é verdade que segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, lançado pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), já naquela época, onde já se destacava que no ano naquele ano de 2002, 11 milhões de crianças morreram em todo o mundo, antes de completar um ano de vida.

Essa taxa é reflexo direto das condições de vida de grande parte da população mundial. Estes números vêm explicar, em parte um dos motivos da desagregação familiar, um dos responsáveis pela desestruturação da instituição “família” e, alguns de seus membros, diante de uma situação sem as mínimas condições de continuarem em seus lares destruídos, restaram-lhes a rua, uma

realidade dura e preocupante, um dos problemas sociais, também denominado de questão social.

É uma temática que tem gerado grande preocupação à sociedade, considerando-se que o grau de pobreza gera um futuro sem perspectiva para a juventude brasileira.

A pobreza, uma teia de aranha cujos fios estão tecidos cada vez mais cerrados, de modo que cada vez menos pessoas escapem dela. O trabalho se torna temporário, em tempo parcial, de curta duração. Às vezes, não possibilita nem mesmo a sobrevivência de uma família. O alojamento devora uma parte crescente da receita, como se fosse um luxo e não um direito. A escola, com muita frequência é abandonada pelas crianças desfavorecidas, que não comem e cujo quadro de vida não favorece em nada a aprendizagem escolar (SAUVÉ, 2009, p. 124)

Pode-se notar na citação que a questão da pobreza, itens como o trabalho, a escola e a aprendizagem se encontram conectados, com cada um destes fatores implicando em outros, o que vem provar que nenhum povo se desenvolverá se as oportunidades não forem iguais para todos.

A questão social pode ser compreendida como um fenômeno amplo que se refere à estrutura de bem-estar e de participação no cotidiano social e engloba diversos elementos, não somente relacionados à falta de recursos, como a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade, etc.

Sauvé (2009, p. 130), apresenta as condições sociais no Brasil:

Trata-se mais da pobreza como mal absoluto. Aquela que priva homens e mulheres dos meios necessários para sua sobrevivência: ter onde morar, o que vestir, nutrir-se de maneira conveniente levando em conta as circunstâncias. Aquela que as impede de exercer seus direitos humanos fundamentais: direito à saúde, à educação, ao trabalho.

As colocações bem apresentadas pelo autor são direitos inclusos na Constituição Federal do Brasil de 1988, que anuncia direito à saúde, à educação e ao trabalho. De acordo com o contexto acima, há muito os direitos humanos no Brasil não vem sendo cumprido. Pelo menos, na atualidade, os inúmeros escândalos estão sendo desvendado pela polícia federal, desmascarando políticos em suas negociações de troca de favores.

2.3 IMPUNIDADE, CORRUPÇÃO E CIDADANIA

Outro fator desencadeante é a impunidade e mais ainda agravada pelo fato de a polícia prender e a justiça soltar, deixando o policial a mercê de riscos contra a sua vida e, vale apontar neste estudo, a questão do re-trabalho, ou seja, realizar novamente a missão de novamente prender o meliante, o que o expõe mais ainda no que se refere a se expor diante de um potencial criminoso, atentando contra a vida de um dos responsáveis pela paz e segurança social.

O brasileiro tem procurado com bastante insistência as condições de poder usufruir da cidadania, porém, tem-se verificado que esta aspiração a cada dia que passa se apresenta como algo difícil de ser alcançado.

A noção de cidadania, pela qual vamos desenvolver nossa reflexão, é aquela que vê o homem como sujeito de direitos e que, ao exercê-los, influi e delimita as funções do Estado. Essa concepção pauta-se na interdependência existente entre cidadania e participação. Portanto, reconhecemos a cidadania como uma construção individual e coletiva de homens livres e autônomos. Assim, é o exercício igualitário dos direitos civis, políticos e sociais existentes e reconhecidos em uma dada formação social, em um determinado momento histórico, por todos os indivíduos que a compõem. (SILVA, 2007, p. 7/8).

A sensação do espírito de cidadãos, para ser alcançada, requer o atendimento de certos benefícios sociais, e que por sua vez constituem garantias para as pessoas que deles precisam, funcionando como a chance que todos buscam de exercício da cidadania, por exemplo, as pessoas que vivem em situação de risco, os moradores de rua, que praticamente não apresentam as condições materiais e financeiras para bancarem a sua sobrevivência.

Nessa perspectiva, cidadão é aquele que usufrui os bens e serviços produzidos socialmente e participa de forma livre, consciente e autônoma das decisões sobre a vida de seu país, em todas as dimensões (política, econômica, cultural, ética etc.) e esferas de exercício do poder. (SILVA, 2007, p. 7/8).

Desta forma, os cidadãos são aqueles que podem se beneficiar dos bens e serviços, e que podem pensar e aspirar por uma vida com qualidade e oportunidades iguais tanto de moradia, saúde, trabalho e outros fatores importantes para a vida.

2.4 A LETALIDADE POLICIAL

O trabalho policial no Brasil é bem extenuante, com o mesmo convivendo com situações adversas devido ter que enfrentar, algumas das vezes, criminosos fortemente armados o que coloca em risco a sua própria vida. E, diante de uma missão, em certos casos prevalece a máxima, ou seja, “mate antes que ele te mate” e, também outra mais recente, “bandido bom é o bandido morto”, frase esta bem emblemática e que causou grande repercussão ao ser pronunciada por Samira Bueno (2014).

A questão social no Brasil, repleta de contradições sociais se revela um cenário propício para os conflitos sociais, o avanço do crime, assaltos e roubos sobrecarregando mais ainda o trabalho da polícia no que diz respeito ao estabelecimento da segurança pública.

Senhoreto (2014) afirma que a violência policial que ficou muito conhecido em São Paulo, foi na ocasião em que quatro policiais militares eliminaram em uma atuação um jovem negro que dirigia um carro. Ao apurar a ação, foi identificado um jovem negro de profissão dentista e filho de um policial militar. O caso teve grande repercussão até mesmo dentro da corporação militar do Estado de São Paulo, tendo gerado alterações quanto a formação de policiais e ainda, na nomeação de oficiais negros para funções de maior prestígio. A família foi indenizada e com os policiais indo a júri popular e condenados. E no Rio de Janeiro teve o caso do pedreiro Amarildo, da comunidade Rocinha, morto por policiais em 2013 com grande repercussão e que vem tendo conquistas judiciais, indenização e outros danos, manchando a imagem da corporação policial.

Segundo Bueno (2014), a realidade socioeconômica do Brasil se constitui um problema social revelado já há tempo, complicado pela desigualdade social, a corrupção que tem gerado a falta de verbas para a educação, saúde e moradia tem contribuído para o não sentimento de cidadania, em um cenário social comprometedor e que se revela em muitos quadros.

Portanto, nas palavras de Holston (2013), o quadro social negativo com que tem marcado a realidade brasileira é um problema social que tem causado grande preocupação, pois tem resultado em crimes, assaltos, violência, cabendo ainda citar neste estudo, a corrupção um fato já arraigado e consolidado como algo

cultural tem se revelado neste exato momento da história do Brasil como um momento único e histórico para, é o que todos esperam, seja passado por um filtro e que as descobertas, delações e as apurações aliado com o trabalho conjunto das polícias federal, militar e civil, o ministério público, juizes honestos, a imprensa falada e escrita possam tornar menos preocupante viver no Brasil.

Para Bueno (2014), a impunidade se cristalizou no país e, está em todas as instituições, como algumas corporações policiais que utilizam auto de resistência ou resistência seguida de morte em homicídios cometidos por policiais, o que tem caracterizado juridicamente exclusão de ilicitude, conforme o artigo 23 do Código Penal o qual diz que não existe crime se quem o fizer tenha realizado em estado de necessidade, em legítima defesa ou em rigoroso cumprimento de dever legal no exercício regular de direito.

2.5 A VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS

Tem sido assustador os casos de assassinatos de policiais no Brasil, com exclusividade, nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro. O crime organizado tem conseguido armas de grosso calibre e, mesmo dentro das penitenciárias, líderes das facções ordenam atentados contra policiais, ocasião em que muitos são vitimados.

Para Lima; Sinhoretto; Bueno (2015), o sistema penitenciário brasileiro tem se constituído em um ambiente social de ampliação de facções do crime. No Estado de São Paulo, por exemplo, as facções atuaram de forma provocativa e desrespeitosa contra o Estado, desafiando a todos e à própria Constituição Federal, ordenando de dentro dos presídios ações delituosas, assassinatos de policiais, assaltos com grandes proporções e outras atividades que violaram a paz e segurança social no país.

Segundo Lima; Sinhoretto; Bueno (2015) houve ainda Rebeliões e decapitações dentro de unidades prisionais ocorridas nos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Amazonas e Goiás. E no Rio de Janeiro há milícias que lideram favelas ou comunidades fornecendo gás e TV a cabo e cobram por este serviço, inclusive o de proteção, uma espécie de extorsão velada. Em São Paulo, líderes de facções fretam ônibus para parentes visitarem as prisões, demonstrando o seu

poder de mobilização, mesmo de dentro da cadeia, sem contar as ordens para assassinar policiais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi abordado neste artigo, conforme Bueno (2014), que o Brasil apresenta uma sociedade desigual do ponto de vista social e econômico, realidade esta que faz com que o país seja violento, o que faz com que a polícia tenha que agir com mais rigor em alguns casos, principalmente quando é ameaçado por riscos de ataques de meliantes.

O trabalho relacionado à segurança implica em muitos riscos, desde os acidentes de trânsito até a troca de tiros com bandidos. Esta condição coloca a Polícia Militar em situações opostas, a de letalidade e a de vitimização. Melhor seria se não houvesse estas circunstâncias, pois, torna o trabalho de segurança da sociedade alvo de severas críticas, principalmente quando vem a ocorrer a letalidade.

Foi apresentado neste estudo alguns fatos de policiais que utilizam da força e da violência para fazer valer a sua vaidade, segundo Senhoretto (2014) relatou a eliminação de um jovem negro e, por ironia, filho de policial, com o caso ganhando grande repercussão, comprometendo a imagem da Polícia Militar de São Paulo. O autor também apresenta o caso do pedreiro Amarildo e o seu sumiço e que também causou grande alvoroço e críticas aos policiais envolvidos no fato. Contudo, não se pode generalizar e achar que toda a corporação militar é letal.

Da mesma forma, conforme Lima; Sinhoretto; Bueno (2015), há os casos preocupantes de policiais que são assassinados exercendo a profissão ou mesmo à paisana por bandidos do crime organizado, o que tem causado grande revolta e dor tanto aos familiares como a sociedade em geral. E que neste artigo teve a denominação de vitimização com exclusividade, nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro. As facções dão ordens para que bandidos extramuros realizem execuções sumárias a policiais.

Bueno (2014) citou o artigo 23 do Código Penal para relacionar a prática de trabalho da polícia militar onde consta que não existe crime se quem o

fizer tenha realizado em estado de necessidade, em legítima defesa ou em rigoroso cumprimento de dever legal no exercício regular de direito.

Sendo assim, diante de um quadro social preocupante citado por Holston (2013), o exercício de trabalho da Polícia Militar é de risco onde em certas ocasiões é preciso ser eficaz em uma diligência, situação em que ou se combate atacando com rigor ou se corre o risco da vitimização.

E conforme a pesquisa nas palavras de Bueno (2014) se faz necessário moralizar o país, ainda repleto de contradições sociais, impunidade e crimes de colarinho branco, desvio de verbas por parte de políticos em conluio com grandes empreiteiros ou empresários, provocando a quebra de orçamento do erário público, comprometendo a saúde, a educação e a segurança no país.

Verificou-se que letalidade e vitimização são duas condições que acompanham a prática de trabalho da Polícia Militar, necessitando maior combate ao crime organizado, tornar a sociedade menos violenta, oferecendo maior qualidade da educação e distribuição mais justa da renda.

4 METODOLOGIA

E sobre a metodologia ocasião em que se buscou dados para desenvolver esta análise, alguns artigos foram consultados, materiais estes relacionados à letalidade e vitimização policial, busca esta que foi suficiente para responder ao problema levantado, bem como também, verificar as hipóteses, quais as que podem ser identificadas como verdadeiras ou falsas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no Brasil é alarmante e requer seja reforçada a segurança no país, e que seria por meio do efetivo militar. Contudo, essa ação necessária tem colocado em risco o trabalho da Polícia Militar, pois bandidos não se intimidam em atirar nos membros da corporação militar.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em verificar estas as duas condições que convivem na prática de trabalho do policial: a letalidade e a vitimização e toda esta problemática e polêmica que envolve ser letal ao mesmo tempo em que ganha espaço a vitimização de policiais militares. O compromisso com a segurança da sociedade faz com que a atuação da Polícia Militar seja bem rigorosa, considerando-se que tem se verificado o aumento de atos criminosos, como também, a subtração da vida de policiais.

E especificamente, a letalidade foi explicada, bem como também, o assassinato de policiais militares no país, e que, tendo por referência estas duas situações buscou-se nesta pesquisa levantar medidas visando a redução destes dois extremos que acompanham a prática de trabalho policial.

E ao desenvolver este estudo procurou-se conhecer como o problema da pesquisa, o que tem concorrido para a letalidade e vitimização do policial no Brasil?

As respostas se encontram nas três hipóteses lançadas neste artigo, por exemplo, a de número 1 aponta ser a própria desigualdade social no país, e ainda, a baixa qualidade de educação no país; o desemprego, a criminalidade e, outros fatores que tem concorrido para que a Polícia Militar tome medidas mais rígidas para a paz na sociedade. Esta hipótese pode ser classificada como verdadeira.

Outra resposta para a problemática consta na hipótese 2, a qual aponta que a letalidade policial é uma consequência da vitimização, ou seja, o risco tem levado policiais a se defenderem com maior rigor. Da mesma forma, esta hipótese se revela como verdadeira.

E continuando com as respostas do questionamento que norteou este estudo, destaque também para a hipótese 3 a qual consta que o policial representa a sociedade em termos de segurança pública e, que exige uma atuação mais rígida para se garantir a paz social. Semelhante às duas anteriores, esta hipótese também se apresenta como verdadeira.

E ao se fazer uma reflexão sobre a temática, a letalidade e vitimização policial no Brasil veio se revelar como circunstâncias da profissão, pois são duas situações que acompanham a prática de trabalho da Polícia Militar e que requer das autoridades responsáveis adquirir armamento mais avançados para enfrentar as quadrilhas de alta periculosidade. Outro fator necessário seria o aumento do efetivo militar para ampliar o número de policiais e, com isso, realizar um trabalho mais ostensivo para promover a segurança pública.

Importante também seria que houvesse reformas e atualizações no Código Penal para que se eliminem as “brechas” na legislação e com isso, punir com mais rigor o criminoso, as quadrilhas, o crime organizado.

No mais, ter desenvolvido este estudo foi altamente positivo por ampliar os conhecimentos a respeito da letalidade e a vitimização da Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

BUENO, S. **Bandido bom é bandido morto**: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2014.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli de (Orgs.). **Crime, polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LIMA, R.S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Soc. estado**. vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2015.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline. Qualidade da democracia e polícias no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio de. **Entre palavras e números**: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

SAUVÉ, Gilles. **Família, violência e pobreza**. Trad. Marisa do Nascimento Povo. São Paulo: Paulinas, 2009 (Coleção: Família).

SILVA, Maria Lúcia Lopes de. Serviço Social & Sociedade. In: **Cidadania, globalização e previdência social (artigo)**. N. 68, Ano XXII, São Paulo: Corte, nov. pág. 7-8, 2007.

SINHORETTO, Jacqueline. Reforma da justiça: gerindo conflitos numa sociedade rica e violenta. *Diálogos sobre Justiça*, n. 2, v. 1, p. 49-56. Brasília, Ministério da Justiça, 2014.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 19-23.